

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS (Proposta)

2017

*Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
Entidade Declarada de Utilidade Pública
Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)
Entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA)
Entidade Formadora Acreditada pela DGERT
Entidade equiparada a IPSS*

Índice

Introdução.....	3
Parte I - Análise Financeira	4
Fontes de Financiamento/Projetos em Execução	4
Parte II - Demonstrações Financeiras.....	7
Balanço.....	7
Demonstração dos resultados por naturezas.....	8
Demonstração individual de fluxos de caixa.....	9
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	10
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	11

INTRODUÇÃO

No ano de 2017 finalmente sentiu-se um avanço nas medidas que definem o atual quadro de apoio o que permitiu consolidar a atuação da Terras Dentro por um lado pela continuidade de projetos estruturantes iniciados em 2016, como o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) no âmbito das medidas do PDR 2020 (FEADER) mas também da abertura em 2017 do Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (SI2E) no âmbito do FEDER e FSE; os Projetos Escolhas 6ª Geração de Montemor-o-Novo, Cuba e Alvito; o Projeto de Qualificação do Pão Alentejano do Alentejo 2020 e o Projeto Inform@lentejo do PDR 2020.

Para além destes, em 2017 foram ainda iniciados três outros grandes projetos, nomeadamente a Formação de Públicos Estratégicos, o projeto + Ambiente no âmbito do Fundo Ambiental (iniciou e terminou em 2017) e o Centro Qualifica Terras Dentro com vista ao reconhecimento e certificação de competências escolares e profissionais das populações.

Assim sendo, a Associação fortaleceu a sua intervenção junto das comunidades e territórios rurais onde atua, reforçou o seu quadro de colaboradores e corrigiu em parte o défice do seu resultado líquido entre 2016 e 2017.

Tudo isto se reflete nas contas e análise financeira que se apresenta neste relatório e que é constituído por duas partes:

Parte I – Análise financeira com apresentação das principais fontes de financiamento da associação e seus projetos;

Parte II – Demonstrações financeiras, balanço, demonstração de resultados e respetivos anexos.

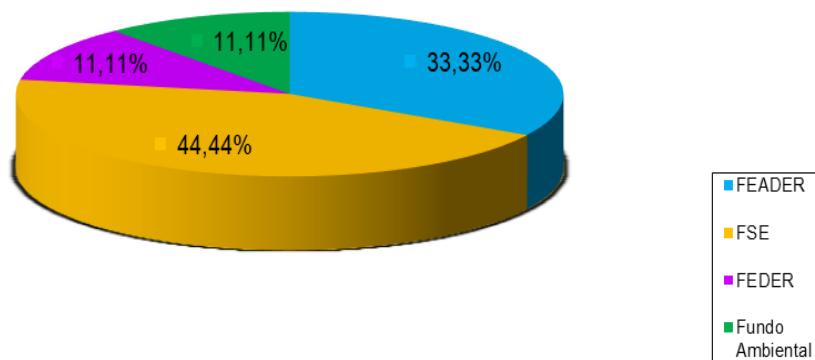
Parte I - Análise Financeira

Fontes de Financiamento:

O quadro e gráfico seguintes evidenciam o nº de projetos co financiados, a diversidade de programas e respetivas fontes de financiamento em 2017.

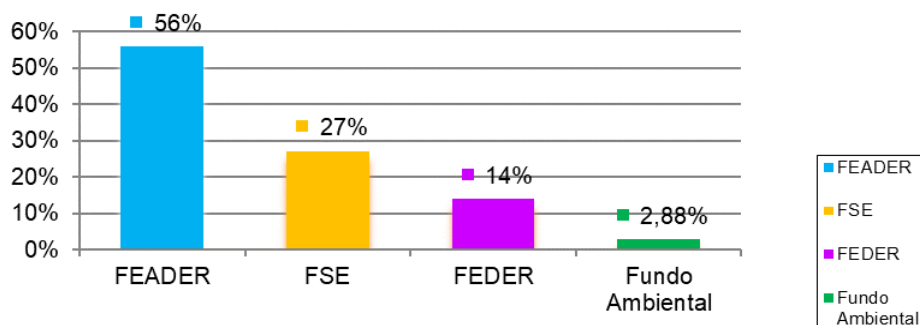
Projeto	Programa	Fonte de Financiamento*	Taxa de Co-Financiam.
Monte Dentro E6G - Montemor-o-Novo	Escolhas	FSE	100%
Cresce e Aparece E6G - Cuba e Alvito	Escolhas	FSE	100%
DLBC /Medida LEADER PDR2020 - 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação	PDR 2020	FEADER	100%
Projeto Inform@lentejo / PDR2020 - Medida 2.1.4-Conhecimento	PDR 2020	FEADER	75%
Rede Leader 2020/FMT – PDR2020 – Medida 20.2.2-Assistência Técnica Rede Rural	PDR 2020	FEADER	100%
Qualificação do Pão Alentejano	ALENTEJO 2020	FEDER	85%
+ Ambiente	Fundo Ambiental	Fundo Ambiental	95%
Centro Qualifica	QUALIFICA	FSE	100%
Formação Públicos Estratégicos	PORTUGAL 2020	FSE	100%

Principais Fontes de Financiamento dos Projetos
(por nº de projetos)



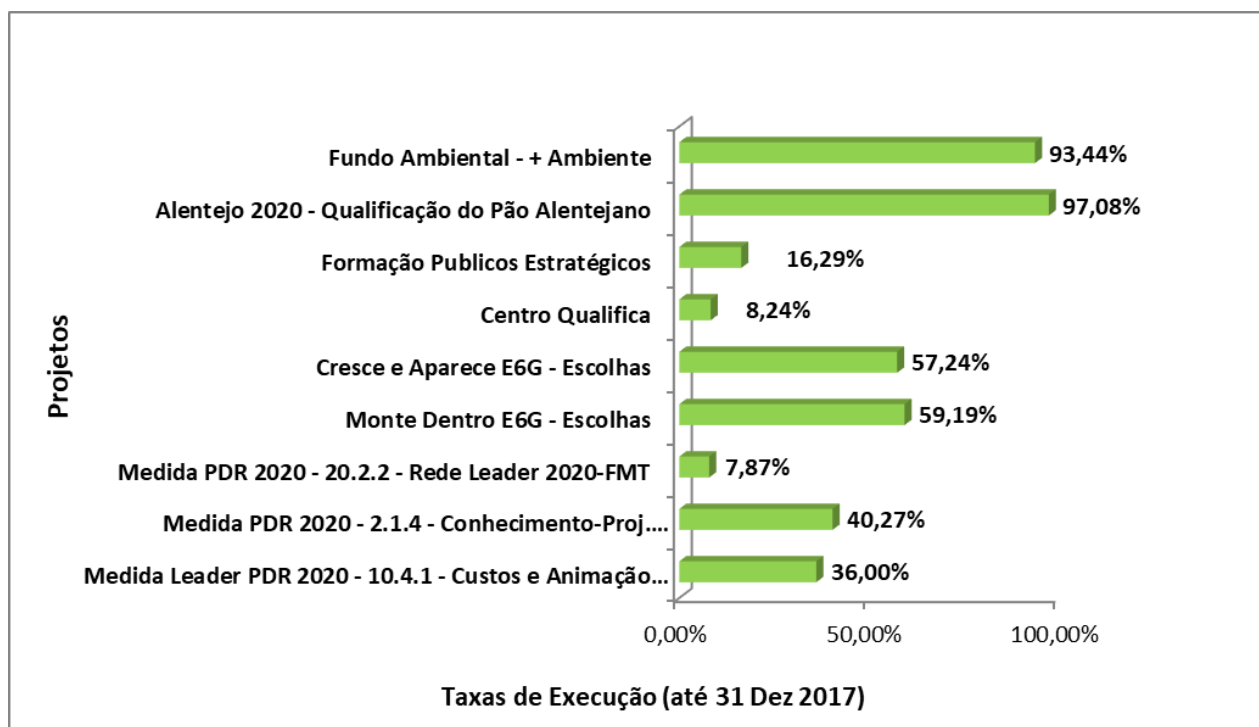
De acordo com o gráfico anterior, as principais fontes de financiamento dos projetos da Terras Dentro em 2017 foram o FSE com 44,44% e FEADER com 33,33% dos projetos.

Principais Fontes de Financiamento dos Projetos (por volume financeiro)



De acordo com o gráfico anterior, a principal fonte de financiamento da Terras Dentro em termos de volume financeiro em 2017 foi o FEADER com 56%.

Taxas de Execução dos Projetos (acumuladas):



Este gráfico reflete as taxas de execução acumuladas de todos os projetos em execução em 2017.

Formação Públicos Estratégicos - iniciou em novembro de 2017 com a primeira ação de formação e tem término previsto para novembro de 2018. No entanto este projeto permitiu afetação de despesa desde maio de 2017, com a fase de preparação da formação, pelo que apresenta à data de 31 de dezembro uma taxa de execução financeira de 16,29%.

Centro Qualifica - teve início em agosto de 2017 e término previsto para setembro de 2018. Numa fase inicial funcionou apenas com custos inerentes à afetação de 1 recurso humano a tempo parcial (a coordenadora), uma vez que o financiamento só viria a ser assegurado no final do ano. Desta forma tomou-se a decisão de completar a equipa

apenas no primeiro trimestre de 2018. Assim sendo apresenta à data de 31 de dezembro de 2017 uma taxa de execução financeira de 8,24%, correspondente às despesas inerentes à sua fase de arranque.

Cresce e Aparece E6G de Cuba e Alvito/Escolhas - iniciou em março de 2016 e terminará em dezembro de 2018. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2017 uma taxa de execução acumulada de 57,24%, inferior ao previsto em 9%, uma vez que em 2016 algumas das despesas previstas em candidatura não foram consideradas elegíveis por não enquadrarem os devidos procedimentos de contratação pública, nomeadamente comunicações e seguros. Em 2017 esta situação foi totalmente corrigida. No entanto, é mais uma vez de referir que apesar de em termos financeiros estar um pouco abaixo do previsto, relativamente à execução física e aos objetivos previstos em candidatura, a execução foi cumprida na totalidade até superando as metas em algumas ações.

Monte Dentro E6G/Escolhas - iniciou igualmente em março de 2016 e terminará em dezembro de 2018. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2017 uma taxa de execução financeira acumulada de 59,19%, abaixo do previsto em 7%, pois à semelhança do projeto anterior algumas das despesas previstas em candidatura não foram consideradas elegíveis por não enquadrarem os devidos procedimentos de contratação pública, nomeadamente comunicações e seguros. Tal como no projeto anterior esta situação foi totalmente corrigida em 2017. No entanto a execução física e os objetivos previstos em candidatura, foram cumpridos na íntegra.

Inform@lentejo/Medida 2.1.4. do PDR2020 - teve o início da sua execução financeira no último trimestre do ano de 2016 e término previsto a 31 de agosto de 2018, no entanto terá em 2018 um pedido de alteração para solicitação de prorrogação até junho de 2019, pois as datas previstas em candidatura estão desajustadas face às datas de aprovação. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2017 uma taxa de execução financeira acumulada de 40,27% de acordo com o previsto.

Medida LEADER PDR2020 - 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação - teve início em final de agosto de 2015 e terminará a 31 de dezembro de 2022. Esta medida contempla os custos com a equipa técnica local (ETL), com atividades de animação e outros custos de funcionamento. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2017 uma taxa de execução financeira acumulada dentro do expeável (36%). Tal como no projeto anterior, está previsto em 2018 elaborar um pedido de alteração de montantes entre rubricas para equilibrar custos e dar resposta a algumas exigências posteriores da Autoridade de Gestão.

Qualificação do Pão Alentejano/Alentejo 2020 - iniciou em janeiro de 2016 e terá o seu término em março de 2018 fruto de uma reprogramação feita no final de 2017 por solicitação do copromotor Entidade Regional de Turismo (E.R.T.), no entanto a componente da Terras Dentro (entidade promotora) terminou em dezembro de 2017 como estava previsto inicialmente, com uma taxa de execução financeira de 97,08% à qual corresponde uma execução física conforme o previsto em candidatura. O diferencial de 2,92% ficou unicamente a dever-se a algumas contratações efetuadas a fornecedores e prestadores de serviços por um valor inferior ao previsto inicialmente em candidatura.

O Projeto + Ambiente/Fundo Ambiental - iniciou em setembro de 2017 e teve o seu término a 30 de novembro de 2017, com uma taxa de execução de 93,44%. No entanto, é mais uma vez de referir que em termos financeiros o facto de não ter sido executado a 100% ficou a dever-se, tal como no projeto anterior, a contratações efetuadas a fornecedores e prestadores de serviços por um valor inferior ao previsto em candidatura. Relativamente à execução física e aos objetivos previstos em candidatura, a execução foi cumprida na totalidade.

Parte II – Demonstrações Financeiras

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2017

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	48 677,16 €	61 937,68 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	6	1 244 994,03 €	1 244 994,03 €
Ativos intangíveis	7	3 597,09 €	3 483,20 €
Investimentos Financeiros	23	28 645,07 €	27 746,11 €
		1 325 913,35 €	1 338 161,02 €
<i>Ativo corrente</i>			
Clientes	9	37 088,27 €	24 237,67 €
Estado e outros entes públicos	10	1 679,01 €	1 679,01 €
Outras contas a receber	11	923 874,06 €	1 291 178,81 €
Diferimentos	12	1 708,28 €	61,39 €
Caixa e depósitos bancários	4	106 501,34 €	96 240,30 €
		1 070 850,96 €	1 413 397,18 €
Total do Ativo		2 396 764,31 €	2 751 558,20 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	568,63 €	568,63 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	13	-204 321,81 €	-157 698,22 €
Excedentes de Revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	690 616,62 €	690 616,62 €
		486 863,44 €	533 487,03 €
Resultado líquido do período		-7 245,72 €	-46 623,59 €
Total do fundo de capital		479 617,72 €	486 863,44 €
Passivo			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	48 956,96 €	48 956,96 €
Outras contas a pagar	16	765 888,79 €	767 398,79 €
		814 845,75 €	816 355,75 €
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	15	45 629,14 €	48 565,31 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	8 673,30 €	9 539,67 €
Financiamentos obtidos	14	80 048,59 €	67 616,61 €
Diferimentos	12	967 949,81 €	1 322 617,42 €
Outras contas a pagar		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		1 102 300,84 €	1 448 339,01 €
Total do Passivo		1 917 146,59 €	2 264 694,76 €
Total do Capital próprio e do passivo		2 396 764,31 €	2 751 558,20 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Findo em 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		0,00 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	18	567 384,81 €	303 737,27 €
Estado e Outros Entes Públicos		567 384,81 €	303 737,27 €
Outros		0,00 €	0,00 €
Varição nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	19	-372 758,92 €	-182 194,25 €
Gastos com o pessoal	20	-310 216,36 €	-257 279,95 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos / Reduções de justo valor	23	12,61 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	21	132 720,07 €	117 030,64 €
Outros gastos e perdas	22	-4 397,81 €	-8 621,31 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 744,40 €	-27 327,60 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6/7	-16 017,62 €	-15 111,08 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 273,22 €	-42 438,68 €
Juros e Rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	22	-3 972,50 €	-4 184,91 €
Resultado antes de impostos		-7 245,72 €	-46 623,59 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		-7 245,72 €	-46 623,59 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período Findo em 31 de Dezembro

Rúbricas	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		0,00 €	1 179,50 €
Recebimentos/Pagamentos de subsídios		554 268,41 €	402 900,32 €
Recebimentos/Pagamentos de apoios		0,00 €	0,00 €
Recebimentos/Pagamentos de bolsas		0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores		-375 354,79 €	-177 691,10 €
Pagamentos ao pessoal		-310 447,40 €	-254 954,62 €
Caixa gerada pelas operações		-131 533,78 €	-28 565,90 €
Pagamento/recebimento de imposto s/ rendimento		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos / pagamentos		138 708,25 €	81 453,39 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		7 174,47 €	52 887,49 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:		-2 940,93 €	-6 444,97 €
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-1 772,60 €	-5 684,07 €
<i>Ativos intangíveis</i>		-269,37 €	-264,45 €
<i>Investimentos financeiros</i>		-898,96 €	-496,45 €
<i>Outros ativos</i>		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		0,00 €	0,00 €
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Outros ativos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Dividendos</i>		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 940,93 €	-6 444,97 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:		138 750,00 €	145 216,61 €
<i>Financiamentos obtidos</i>		138 750,00 €	145 216,61 €
<i>Realizações de fundos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Doações</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		-132 722,50 €	-165 072,29 €
<i>Financiamentos obtidos</i>		-128 750,00 €	-160 887,38 €
<i>Juros e gastos similares</i>		-3 972,50 €	-4 184,91 €
<i>Dividendos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Reduções de fundos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6 027,50 €	-19 855,68 €
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10 261,04 €	26 586,84 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		96 240,30 €	69 653,46 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		106 501,34 €	96 240,30 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais											Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Acções (quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Cap. Próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variaç. Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período			TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N 1		568,63						-157 698,22				690 616,62	-46 623,59	486 863,44		486 863,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adopção de novo referencial contab.																0,00
Alterações de políticas Contabilísticas																0,00
Diferenças de conversão de demonstr. Financ.																0,00
Realização do Excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e Intangíveis																0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																0,00
Ajustamentos por impostos diferidos																0,00
Outras alterações reconhecidas no Fundo Patrimonial								-46 623,59					46 623,59			0,00
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46 623,59	0,00	0,00	0,00	0,00	46 623,59	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3													-7 245,72	-7 245,72		-7 245,72
																0,00
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46 623,59	0,00	0,00	0,00	0,00	39 377,87	245,72	0,00	-7 245,72
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE FUNDOS NO PERÍODO																0,00
Realizações de Fundos																0,00
Realizações de prémios de emissão																0,00
Distribuições																0,00
Entradas para cobertura de perdas																0,00
Outras Operações																0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 6=1+2+3+5		568,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-204 321,81	0,00	0,00	690 616,62	-7 245,72	479 617,72	0,00	479 617,72	

O Contabilista Certificado

A Direção

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

(n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de Março)
(Anexo n.º 10 da Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro)

1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Designação:** TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
- 1.2. Sede:** Rua do Rossio do Pinheiro, 7090-049 Alcáçovas
- 1.3. Natureza da atividade:**
Associação para o desenvolvimento integrado das organizações económicas, patronais e de atividades de apoio social; reconhecida como Entidade de Utilidade Pública, entidade equiparada a IPSS, Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) e entidade formadora acreditada pela DGERT.
- 1.4. CAE (código e designação):**
94110 – Atividades de organizações económicas e patronais
88990 – Outras atividades de apoio social
- 1.5. Número médio de empregados durante o ano:** 17 (dezassete)

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção. É opinião da Direcção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Associação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal, nos termos dos estatutos da associação.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 e em consistência com o disposto nas Portarias n.º 105/2011, 14 de março e n.º 106/2011, 14 de março e no Aviso 6726-B/2011, 14 de março.

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3. A adoção da NCRF - ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, tal como estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março – Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Esta transição, em 2012, afetou o Balanço e as Demonstrações Financeiras pois agora apresentam apropriadamente a posição financeira e o desempenho financeiro da entidade, uma vez que exige uma representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na NCRF - ESNL.

Durante o ano de 2017 o Balanço e a Demonstração de Resultados não foram afetados pela adoção da NCRF - ESNL. Não existiram ajustamentos nos capitais próprios decorrentes da transição para o novo referencial contabilístico.

2.4. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da Associação (fluxos de caixa e alterações nos fundos patrimoniais).

Segue-se um conjunto de pressupostos, definições e outras informações relevantes para melhor compreensão da forma como as demonstrações financeiras foram preparadas.

3.1 – BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (BADF)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que entidade continuará a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar

a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. – COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF - ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF - ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	5 - 100 anos
Equipamento básico	4 - 8 anos
Equipamento de transporte	3 - 7 anos
Equipamento administrativo	2 - 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4 anos

A variação dos anos de vida útil dos edifícios e outras construções está inerente à tipologia dos bens, ou seja, dentro da rubrica edifício e outras construções estão edifícios de grande porte e alterações às construções logo a vida útil estimada tem de se diferenciar consoante os casos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por imóveis cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Apesar da mensuração pelo modelo do custo, procurámos apresentar a nossa estimativa quanto ao justo valor das propriedades de investimento. Porém, não foi possível estimar o justo valor com fiabilidade por motivo de não avaliação das propriedades de investimento por uma entidade especializada, ou seja, o justo valor das propriedades de investimento é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

As propriedades em curso para futuro uso como propriedades de investimento, até que esteja concluída a construção ou o desenvolvimento, são tratadas de acordo o ponto 7 da NCRF-ESNL: ativos Fixos Tangíveis.

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos tangíveis.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade - Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados - Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão - Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a Associação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Tal como referido na Nota 3.1.2, os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

SUBSÍDIOS

Os subsídios são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte

do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

4 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	1 551,03 €	1 150,97 €
Depósitos à ordem	104 950,31 €	95 089,33 €
Total	106 501,34 €	96 240,30 €

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Terrenos e Recursos Naturais						0,00 €
Edifícios e Outras Construções	322 710,88 €					322 710,88 €
Equipamento Básico	133 917,42 €	0,00 €				133 917,42 €
Equipamento de Transporte	145 164,74 €					145 164,74 €
Equipamento Administrativo	158 626,49 €	829,02 €				159 455,51 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	15 530,60 €	1 772,60 €				17 303,20 €
Total (1)	775 950,13 €	2 601,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	778 551,75 €
Depreciações						
Terrenos e Recursos Naturais						0,00 €
Edifícios e Outras Construções	268 231,27 €	13 268,52 €				281 499,79 €
Equipamento Básico	130 270,06 €	1 351,11 €				131 621,17 €
Equipamento de Transporte	145 164,74 €	0,00 €				145 164,74 €
Equipamento Administrativo	156 142,87 €	1 067,51 €				157 210,38 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14 203,51 €	175,00 €				14 378,51 €
Total (2)	714 012,45 €	15 862,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	729 874,59 €
Ativo Líquido (1 - 2)	61 937,68 €	-13 260,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	48 677,16 €

Houve um aumento nos ativos fixos tangíveis fruto de aquisições de equipamentos. De resto nada mais houve a assinalar que tivesse grande impacto nos ativos fixos tangíveis. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nas propriedades de investimento e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Propriedades de investimento	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Terrenos e Recursos Naturais						0,00 €
Edifícios e Outras Construções	1 244 994,03 €					1 244 994,03 €
Total (1)	1 244 994,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 244 994,03 €
Depreciações						
Terrenos e Recursos Naturais						0,00 €
Edifícios e Outras Construções						0,00 €
Total (2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativo Líquido (1 - 2)	1 244 994,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 244 994,03 €

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e as respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Projetos de Desenvolvimento	100 108,74 €					100 108,74 €
Programas de Computador	264,45 €	269,37 €				533,82 €
Propriedade Industrial	3 248,13 €					3 248,13 €
Total (1)	103 621,32 €	269,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103 890,69 €
Depreciações						
Projetos de Desenvolvimento	100 108,74 €					100 108,74 €
Programas de Computador	29,38 €	155,48 €				184,86 €
Propriedade Industrial	0,00 €					0,00 €
Total (2)	100 138,12 €	155,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 293,60 €
Ativo Líquido (1 - 2)	3 483,20 €	113,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 597,09 €

8 – INVENTÁRIOS

Nada a registar.

9 – CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2017	31-12-2016
Clientes gerais c/c - MN	37 088,27 €	24 237,67 €
Total	37 088,27 €	24 237,67 €

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estados e outros entes públicos	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	1 679,01 €	1 679,01 €
Imposto s/ valor acrescentado		
Restantes impostos		
Contribuições segurança social		
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições		
Outras tributações		
Total do ativo	1 679,01 €	1 679,01 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	2 223,95 €	3 275,54 €
Imposto s/ valor acrescentado		
Restantes impostos		
Contribuições segurança social	6 370,59 €	6 192,58 €
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições	78,76 €	71,55 €
Outras tributações		
Total do passivo	8 673,30 €	9 539,67 €

No ano de 2017 os impostos acima apresentados no passivo foram pagos durante o mês de Janeiro de 2016.

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER – CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber (Corr.)	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal	1 014,33 €	535,07 €
Devedores acréscimo rendiment.	922 859,73 €	1 290 643,74 €
Devedores diversos	0,00 €	0,00 €
Total	923 874,06 €	1 291 178,81 €

Os valores apresentados dizem respeito aos projetos contratualizados e a valores ainda por receber de anos anteriores.

12 – DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

ATIVO

Deferimentos - Ativo	31-12-2017	31-12-2016
Gastos a reconhecer	1 708,28 €	61,39 €
Total	1 708,28 €	61,39 €

PASSIVO

Deferimentos - Passivo	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos a reconhecer	967 949,81 €	1 322 617,42 €
Total	967 949,81 €	1 322 617,42 €

13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Capitais, são os seguintes:

Fundo Patrimonial	31-12-2016	Aplicação do Resultado Líquido 2016	Reconhecim. prov. associad. subsíd. para investimentos	Regularizações / Reclassificações	31-12-2017
Fundos	568,63 €				568,63 €
Excedentes técnicos					0,00 €
Reservas					0,00 €
Resultados transitados	-157 698,22 €	-46 623,59 €			-204 321,81 €
Excedentes de revalorização					0,00 €
Outras variaç. fundos patrimon.	690 616,62 €				690 616,62 €
Total	533 487,03 €	-46 623,59 €	0,00 €	0,00 €	486 863,44 €

14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2017		31-12-2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	60 000,00 €		50 000,00 €	
Descobertos bancários	20 048,59 €		17 616,61 €	
Outros financiadores		48 956,96 €		48 956,96 €
Total	80 048,59 €	48 956,96 €	67 616,61 €	48 956,96 €

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e não correntes consoante a sua duração seja ou não superior a 12 meses.

15 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de fornecedores (principais) decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores gerais c/c - MN	45 629,14 €	48 565,31 €
Total	45 629,14 €	48 565,31 €

16 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

NÃO CORRENTES

Outras contas a pagar (Não Corr.)	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Credores acréscimos gastos		
Adiantamentos conta de vendas		
Credores diversos	765 888,79 €	767 398,79 €
Perdas por imparidades		
Total	765 888,79 €	767 398,79 €

17 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nada a registar.

18 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de subsídios, doações e legados à exploração decompõe-se da seguinte forma:

Subsíd. Doações e legad. à Explor.	2017	2016
Subs. Estado e Outros Entes Públicos	567 384,81 €	303 737,27 €
Programa escolhas	126 907,62 €	101 007,64 €
ACM - CIGA +	1 875,00 €	7 500,00 €
PDR2020	196 976,26 €	138 331,28 €
Alentejo 2020	171 521,44 €	56 898,35 €
Prémio Mundar	4 468,95 €	0,00 €
Fundo Ambiental	50 548,01 €	0,00 €
POISE	6 159,32 €	0,00 €
POCH	8 928,21 €	0,00 €
Subsídios de outras entidades	0,00 €	0,00 €
Total	567 384,81 €	303 737,27 €

No ano de 2017 foram recebidos do Estado e Outros Entes Públicos subsídios à exploração num total de 567.384,81€.

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos referentes ao ano de 2017 são assim decompostos:

FSE-Fornecim. serviços externos	2017	2016
Subcontratos	0,00 €	0,00 €
Serviços especializados:	313 816,95 €	75 346,37 €
Trabalhos especializados	222 360,67 €	26 561,63 €
Publicidade e propaganda	25 793,22 €	4 007,18 €
Vigilância e segurança	1 101,11 €	7 697,01 €
Honorários	60 050,59 €	31 416,50 €
Conservação e Reparação	2 791,68 €	4 148,35 €
Serviços bancários	1 560,68 €	1 060,60 €
Outros	159,00 €	455,10 €
Material:	18 489,32 €	7 675,40 €
Ferramentas e utensílios	1 851,83 €	54,45 €
Livros e documentação técnica	0,00 €	16,50 €
Material de Escritório	2 862,01 €	1 695,84 €
Artigos para oferta	1 108,74 €	793,57 €
Outros	12 666,74 €	5 115,04 €
Energia e fluidos:	10 128,63 €	8 556,44 €
Eletricidade	3 958,78 €	4 507,10 €
Combustíveis	6 054,91 €	3 952,09 €
Água	104,87 €	97,25 €
Outros	10,07 €	0,00 €
Deslocações, estadas e transportes:	14 082,60 €	5 612,79 €
Deslocações e estadas	13 857,70 €	5 581,49 €
Transportes de pessoal	0,00 €	31,30 €
Outros	224,90 €	0,00 €
Serviços diversos:	16 241,42 €	85 003,25 €
Rendas e alugueres	2 286,80 €	18 886,96 €
Comunicação	6 279,92 €	7 199,82 €
Seguros	2 680,03 €	1 946,65 €
Contencioso e notariado	79,97 €	5,00 €
Despesas de representação	852,00 €	40,85 €
Limpeza, higiene e conforto	1 463,70 €	5 364,45 €
Outros	2 599,00 €	51 559,52 €
Total	372 758,92 €	182 194,25 €

Estas são as principais rubricas que mantêm a atividade da Associação a funcionar, ou seja, estes são os gastos funcionais correntes. Houve um aumento no valor dos honorários, dos trabalhos especializados, publicidade e propaganda, materiais e combustíveis. Verificou-se uma redução no valor dos alugueres, comunicação, serviços de limpeza e higiene e outros serviços. De resto estão todos os valores dentro dos parâmetros que se haviam registado no ano anterior.

20 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	2017	2016
Remunerações certas	236 998,55 €	198 455,60 €
Remunerações adicionais	16 625,66 €	13 098,04 €
Indemnizações	0,00 €	0,00 €
Encargos s/ Remunerações	52 941,97 €	43 757,48 €
Seguros	3 101,63 €	1 345,88 €
Higiene, Saúde e Medic. trabalho	548,55 €	622,95 €
Total	310 216,36 €	257 279,95 €

O número médio de pessoas que colaboraram com a Associação no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi de 17 (dezassete) funcionários. Os órgãos diretivos da Associação não auferem remuneração.

21 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2017	2016
Rendimentos suplementares	266,05 €	357,32 €
Outros rendimentos:		
Parcerias	101 230,00 €	112 267,56 €
Donativos	28 543,25 €	4 332,26 €
Correç.relat.períodos anterior.	0,00 €	72,00 €
Outros	2 680,77 €	1,50 €
Juros obtidos:		
De depósitos	0,00 €	0,00 €
Total	132 454,02 €	116 673,32 €

22 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outros gastos e perdas decompõe-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2017	2016
Impostos	266,18 €	264,53 €
Descontos pronto pag. concedid.	6,63 €	4,42 €
Outros gastos:		
Correç.relat.períodos anterior.	0,00 €	5 441,47 €
Donativos	2 300,00 €	1 400,00 €
Quotizações	1 825,00 €	1 337,00 €
Outros	0,00 €	173,89 €
Juros suportados:		
De empréstimos bancários	3 972,50 €	4 184,91 €
Total	8 370,31 €	12 806,22 €

Os juros e gastos similares suportados incluem juros de empréstimo bancário. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

23 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro a rubrica dos investimentos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

Investimentos financeiros	31-12-2017	31-12-2016
Participação no capital:	26 311,75 €	26 311,75 €
Aqueuntejo, Lda.	20 899,63 €	20 899,63 €
Ideia Alentejo	498,80 €	498,80 €
Adral	3 491,59 €	3 491,59 €
Cortflax	1 215,00 €	1 215,00 €
Assoc. Nac. Direito Crédito	49,88 €	49,88 €
Association Mediterran.	82,03 €	82,03 €
Outras empresas	74,82 €	74,82 €
Outros investimentos:	2 333,32 €	1 434,36 €
Fundo Compensação Trabalho	2 333,32 €	1 434,36 €
Total	28 645,07 €	27 746,11 €

Ajustamento do valor do Fundo de Compensação do Trabalho à data de 31 de Dezembro.

Ganhos por aumentos justo valor	2017	2016
Em instrumentos financeiros	12,61 €	0,00 €
Total	12,61 €	0,00 €

24 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os principais diplomas legais sobre o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) são dos seguintes:

Diploma legal	
Decreto-Lei 36-A/2011 (RNC), 9 de março	Aprova os regimes da normalização contabilística para as ESNL
Aviso 6726-B/2011, 14 de março	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para as ESNL
Portaria 105/2011, 14 de março	Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL
Portaria 106/2011, 14 de março	Código de Contas específico para as ESNL

25 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Nada a registrar.

O Contabilista Certificado

A Direção
